

**RODRIGO
DA CUNHA
PEREIRA**

DIREITO das **FAMÍLIAS**

Prefácio Min. Edson Fachin



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 03.04.2020
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2020 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Aurélio Corrêa

CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

P495d

Pereira, Rodrigo da Cunha

Direito das famílias / Rodrigo da Cunha Pereira. – Rio de Janeiro: Forense, 2020.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-9046-6

1. Direito de família – Brasil. 2. Famílias – Brasil. I. Título.

20-63088

CDU: 347.6(81)

Leandra Felix da Cruz Candido – Bibliotecária – CRB-7/6135

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – DIREITO DAS FAMÍLIAS	1
1.1 O que é Direito de Família? Direito público ou privado?	1
1.2 Breve histórico da família e revisitando conceitos	3
1.3 Origem e estruturação da família	5
1.4 A promiscuidade e a formação das famílias.....	6
1.5 O incesto é a base de todas as proibições – A primeira lei é uma lei de Direito de Família; O <i>Totem e Tabu</i> em Freud.....	8
1.6 O Direito e desejo; ética e moral, uma distinção necessária.....	10
1.7 As fontes do Direito das Famílias.....	12
1.8 A família nas Constituições brasileiras	14
1.9 O conceito de família e sua organização jurídica – a família como estruturação psíquica	18
1.10 As entidades familiares parentais e conjugais.....	20
1.10.1 Família democrática	20
1.10.2 Família eudemonista	21
1.10.3 Família patriarcal.....	21
1.10.4 Família conjugal.....	22
1.10.5 Família parental	23
1.10.6 Família monoparental	23
1.10.7 Família anaparental	23
1.10.8 Família unipessoal	24
1.10.9 Família multiparental.....	24
1.10.10 Família substituta.....	27
1.10.11 Família extensa.....	27
1.10.12 Família ecot genética	28
1.10.13 Família socioafetiva	28
1.10.14 Famílias mútuas	29

1.10.15	Família coparental	29
1.10.16	Família nuclear	29
1.10.17	Família binuclear.....	30
1.10.18	Família natural	30
1.10.19	Família informal.....	30
1.10.20	Família matrimonial.....	30
1.10.21	Família avuncular	31
1.10.22	Família mosaico	31
1.10.23	Família recomposta ou reconstituída.....	32
1.10.24	Família fissional.....	33
1.10.25	Família homoafetiva	33
1.10.26	Família homoparental	35
1.10.27	Família simultânea ou paralela	35
1.10.28	Família poliafetiva.....	36
1.10.29	Família multiespécie.....	38
1.11	Direito de Família e suas conexões com outros ramos do Direito....	39
1.11.1	Direito de Família e Direito das Sucessões	39
1.11.2	O Direito de Família e o Direito Constitucional	40
1.11.3	O Direito de Família e o Direito Penal.....	41
1.11.4	O Direito de Família e o Direito Empresarial	44
1.11.5	Direito de Família e o Direito Tributário	45
1.11.6	Direito de Família e o Direito Contratual/Obrigacional....	47
1.11.7	O Direito de Família e o Direito Previdenciário.....	49
1.12	Institutos do Direito Civil na perspectiva do Direito de Família....	50
1.12.1	Responsabilidade civil no Direito das Famílias.....	50
1.12.2	Perda de uma chance.....	53
1.12.3	<i>Supressio Surrectio</i>	55
1.12.4	A boa-fé objetiva	57
1.12.5	Confiança e lealdade	60
1.13	A mediação como técnica de resolução de conflitos	61
1.14	Direito de Família e interdisciplinaridade.....	63
1.14.1	Direito de Família e Psicanálise.....	64
1.14.2	Cinco conceitos de Psicanálise fundamentais para compreensão do Direito das Famílias	65

1.14.2.1	Inconsciente	65
1.14.2.2	Sexualidade	67
1.14.2.3	Desejo	68
1.14.2.4	Gozo	70
1.14.2.5	Desamparo	72
1.14.3	Direito de Família e Arte	72
1.15	Resumo	74

CAPÍTULO 2 - OS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS PARA O DIREITO DE FAMÍLIA	77
2.1 Uma principiologia para o Direito de Família	77
2.2 A quebra do dogmatismo e positivismo jurídico e a contribuição da psicanálise	79
2.3 Normas e princípios; Kelsen e colisão de princípios	81
2.3.1 O princípio da dignidade humana	83
2.3.2 O princípio da monogamia	85
2.3.3 O princípio do melhor interesse da criança/adolescente...	88
2.3.4 O princípio da igualdade e o respeito às diferenças.....	90
2.3.5 O princípio da autonomia e da menor intervenção estatal	93
2.3.6 O princípio da pluralidade de formas de família.....	94
2.3.7 O princípio da afetividade	97
2.3.8 O princípio da solidariedade.....	99
2.3.9 O princípio da responsabilidade.....	101
2.3.10 O princípio da paternidade responsável.....	102
2.4 Resumo	104

CAPÍTULO 3 - CASAMENTO	107
3.1 Breve histórico e conceito.....	107
3.2 Natureza Jurídica	109
3.3 Esponsais (Noivado).....	111
3.4 Espécies	113
3.4.1 Casamento civil	113
3.4.2 Casamento religioso com efeitos civis	114
3.4.3 Casamento por procuração	114

3.4.4	Nuncupativo ou <i>in articulo mortis</i> ou <i>in extremis</i>	115
3.4.5	Casamento putativo	115
3.4.6	Casamento avuncular	116
3.4.7	Casamento homoafetivo	117
3.4.8	Casamento consular	119
3.4.9	Casamento de estrangeiros	120
3.5	Capacidade para casar	121
3.6	Impedimentos para o casamento, absolutos e relativos	122
3.7	Causas suspensivas: não devem casar	123
3.8	Processo de habilitação; os proclamas e seus elementos ficcionais	124
3.9	Celebração	126
3.10	Estado civil	127
3.11	Posse de estado de casado	127
3.12	Eficácia do casamento	128
3.13	Direitos e deveres dos cônjuges – fidelidade, infidelidade e o código particular de cada casal; o fim da discussão da culpa conjugal ...	129
3.13.1	Infidelidade virtual	132
3.14	Invalidade do casamento	133
3.14.1	Casamento nulo	133
3.14.2	Casamento anulável	134
3.14.2.1	O erro essencial	137
3.14.2.2	Impotência sexual e o débito conjugal	139
3.15	Casamento inexistente	140
3.16	Resumo	141

CAPÍTULO 4 – REGIME DE BENS

4.1	Disposições gerais	143
4.2	Regime de bens obrigatório, supletivo e convencional	144
4.3	Pacto antenupcial e pós-nupcial	146
4.3.1	Disposições gerais	146
4.3.2	O conteúdo patrimonial e pessoal do pacto: o que pode e o que não pode	148
4.4	Regime da comunhão parcial	149
4.4.1	Bens comunicáveis	149

4.4.2	O que são frutos comunicáveis?	151
4.4.3	Bens incommunicáveis	152
4.4.4	Previdência Privada, FGTS, verbas rescisórias e outros ativos	153
4.4.5	Cotas e ações das empresas	156
4.5	Regime da comunhão universal	156
4.5.1	Bens incommunicáveis e fideicomisso	157
4.6	Regime da participação final nos aquestos	158
4.7	Regime da separação de bens	160
4.8	Regime da separação obrigatória e a súmula 377 do STF	160
4.9	A administração dos bens comuns e particulares, e reponsabilidade pelas dívidas	162
4.10	Doação entre cônjuges e a terceiros. Proibições	164
4.11	Mudança de regime de bens	166
4.11.1	Quebra do princípio da imutabilidade	166
4.11.2	Efeito <i>ex tunc</i> ou <i>ex nunc</i> ?	167
4.11.3	Procedimento para alteração do regime de bens	168
4.11.4	Alteração do regime para maiores de 70 anos	170
4.12	Resumo	171

CAPÍTULO 5 – UNIÃO ESTÁVEL..... 175

5.1	Origem e breve evolução histórica	175
5.2	Conceito e pressupostos para caracterização da união estável.....	178
5.3	Namoro, união estável e casamento: contratos.....	183
5.4	União estável e o paradoxo da sua regulamentação.....	189
5.5	União estável ou concubinato; convivente ou companheiro?	193
5.6	A união estável como ato – fato jurídico	194
5.7	Conversão da união estável em casamento.....	195
5.8	Prazo para se reclamar em juízo: prescrição	197
5.9	As consequências pessoais na união estável	198
5.9.1	Sobrenome, guarda e convivência	199
5.9.2	Existe um estado civil para união estável?	200
5.9.3	Presunção de paternidade	201
5.10	As consequências patrimoniais na união estável	201
5.10.1	Regime de bens na união estável	204

5.10.2	Os negócios jurídicos na união estável e o terceiro de boa-fé	206
5.10.3	Meação e triação.....	208
5.10.4	União estável e Previdência Social	209
5.11	União estável homoafetiva e os fantasmas da sexualidade	212
5.12	Concubinato ou famílias simultâneas?	214
5.12.1	União estável putativa.....	216
5.12.2	Unões estáveis simultâneas e relações extraconjugais. A outra, o outro: a função social dos amantes.....	217
5.13	União estável e sucessão hereditária – Direito real de habitação e usufruto.....	218
5.14	União estável e processo judicial.....	221
5.14.1	A dissolução da união estável	223
5.15	A equiparação entre casamento e união estável pelo STF – Companheiro(a) é herdeiro necessário?.....	229
5.16	Resumo.....	230

CAPÍTULO 6 – DIVÓRCIO E DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE E DO VÍNCULO CONJUGAL..... 233

6.1	Divórcio e dissolução da união estável como ritual de passagem.....	233
6.2	Breve histórico do divórcio no Brasil e a moral religiosa.....	235
6.3	Semelhanças, diferenças e inutilidades entre separação judicial e divórcio.....	239
6.4	Separção judicial/administrativa ainda vigora no Brasil? A Emenda Constitucional nº 66/2010	240
6.4.1	A inconstitucionalidade do CPC/2015 diante da previsão da separação judicial.....	246
6.5	Separção de fato e seus efeitos Jurídicos	248
6.6	Dissolução pela morte, sobrenome da viúva e morte presumida.....	249
6.7	Divórcio judicial consensual	252
6.8	Divórcio <i>post mortem</i>	254
6.9	Divórcio administrativo – Lei nº 11.441/07.....	256
6.10	Divórcio judicial litigioso.....	259
6.10.1	O amor acaba, existem culpados? Os restos do amor ...	261

6.11	Os efeitos e aspectos pessoais do divórcio e união estável.....	264
6.11.1	Uso do nome de casado: resgate da identidade ou incorporação do nome do outro à própria personalidade	265
6.12	Os efeitos e aspectos patrimoniais do divórcio e união estável.....	269
6.13	Resumo.....	269

CAPÍTULO 7 – ALIMENTOS 271

7.1	Pensão alimentícia.....	271
7.2	Obrigação alimentar e dever de sustento	272
7.3	Princípios e características dos alimentos	273
7.3.1	Direito personalíssimo.....	273
7.3.2	Irrenunciabilidade dos alimentos.....	274
7.3.3	Intransmissibilidade dos alimentos	274
7.3.4	Incedibilidade, impenhorabilidade e incompensabilidade dos alimentos.....	277
7.3.5	Irrepetibilidade dos alimentos.....	278
7.3.6	Alternatividade da prestação alimentar ou pensão de forma mista e os indexadores	280
7.3.7	Imprescritibilidade dos alimentos.....	282
7.3.8	Indivisibilidade e obrigação solidária	282
7.4	Da condição ou termo dos alimentos: pensão transitória	282
7.5	Revisão e exoneração.....	285
7.6	Pensão entre ex-cônjuges.....	286
7.7	Alimentos gravídicos	288
7.8	Dispensa e renúncia dos alimentos	289
7.9	A indignidade como causa da extinção da obrigação alimentar....	291
7.10	Aplicação da teoria da <i>disregard</i> na apuração do <i>quantum</i> alimentar e o CPC	296
7.11	Pensão alimentícia compensatória. O conteúdo econ�mico invisível do trabalho doméstico.....	299
7.11.1	Princípios constitucionais da pensão compensatória: dignidade, solidariedade e responsabilidade.....	301
7.11.2	Princípio, a jurisprudência e a regra da igualdade. O conteúdo econ�mico do trabalho doméstico	303

7.11.3	Alimentos compensatórios e regime de bens.....	305
7.11.4	Natureza jurídica e meios de execução	306
7.11.5	Os sujeitos da pensão compensatória.....	306
7.11.6	Termo inicial de vigência e termo final da obrigação compensatória.....	307
7.11.7	Possibilidade de cobrança <i>post mortem</i>	307
7.11.8	No direito comparado.....	307
7.12	Alimentos na guarda compartilhada	309
7.13	Alimentos avoengos	309
7.14	Alimentos <i>intuitu familiae</i> e <i>intuitu personae</i>	310
7.15	Alimentos em decorrência de ato ilícito.....	311
7.16	Resumo.....	312
CAPÍTULO 8 – PARTILHA DE BENS E PROCESSO JUDICIAL.....		313
8.1	Aspectos gerais da partilha de bens	313
8.2	A fraude na partilha de bens	314
8.3	Cobrança de frutos do patrimônio conjugal e a apuração de haveres	318
8.4	Perda da meação pelo usucapião familiar: reflexos da Lei 12.424/2011.....	320
8.5	O processo judicial de divórcio e dissolução de união estável	321
8.6	Divórcio e dissolução de união estável judicial consensual.....	323
8.7	Divórcio e dissolução de união estável litigioso.....	324
8.7.1	Revelia	326
8.7.2	Reconvenção	327
8.7.3	Cumulação de pedidos dentro da ação de divórcio	328
8.8	Tutela Provisória de urgência e evidência	331
8.9	Os procedimentos de urgência no Direito das Famílias e o CPC/2015.....	334
8.9.1	Separação de corpos.....	336
8.9.2	Sequestro de bens	337
8.9.3	Arrolamento, bloqueio, indisponibilidade e descrição de bens do casal	338
8.9.4	Busca e apreensão.....	340

8.9.5	Exibição judicial.....	341
8.9.6	Oferta de alimentos.....	342
8.9.7	Alimentos provisionais ou provisórios?.....	343
8.10	Execução de Alimentos.....	345
8.11	Ação de prestação de contas de alimentos.....	350
8.12	Ação de prestação de contas da administração de bens	351
8.13	A flexibilização da prova nos processos de família.....	352
8.14	Resumo.....	353
CAPÍTULO 9 – BEM DE FAMÍLIA.....		355
9.1	Conceito	355
9.2	O Estatuto Jurídico do Patrimônio Mínimo – Bem de moradia	356
9.3	Bem de família legal.....	357
9.3.1	As exceções do bem de família legal.....	358
9.4	Bem de família voluntário ou convencional.....	359
9.4.1	Extinção do bem de família voluntário.....	360
9.4.2	Bem de família e fraude.....	361
9.5	Resumo.....	362
CAPÍTULO 10 – PARENTALIDADES		363
10.1	Das relações de parentesco e sua classificação	363
10.1.1	Natural e civil.....	364
10.1.2	Parentesco em linha reta.....	365
10.1.3	Parentesco em linha colateral.....	365
10.1.4	Parentesco por afinidade	365
10.1.5	Parentesco decorrente de outras origens.....	366
10.2	Da Filiação.....	367
10.2.1	Breve visão histórica	367
10.2.2	Filiação e investigação de parentalidade	368
10.2.3	Investigação de origem genética	370
10.2.4	Presunção de paternidade	371
10.2.5	Planejamento familiar	372

10.2.6	Reprodução assistida heteróloga e homóloga.....	373
10.2.7	Gestação compartilhada ou útero de substituição (barriga de aluguel).....	375
10.2.8	Filiação socioafetiva e multiparentalidade	377
10.3	Resumo	378

CAPÍTULO 11 – DO EXERCÍCIO DA AUTORIDADE PARENTAL E ABANDONO AFETIVO		381
11.1	Conceito e breve histórico.....	381
11.2	Perda, suspensão e extinção	382
11.3	Emancipação	384
11.4	Abandono afetivo dos pais	384
11.4.1	Paternidade e maternidade como função e o exercício da autoridade parental.....	386
11.4.2	As normas jurídicas do compromisso do amor paterno/materno-filial	387
11.4.3	Indenização pelo abandono afetivo filial e a tríade indenizatória.....	391
11.4.4	Monetizando o afeto?.....	392
11.4.5	O abandono afetivo nos tribunais: Pai, por que me abandonastes?	393
11.5	Abandono material.....	397
11.6	Resumo	398

CAPÍTULO 12 – GUARDA E CONVIVÊNCIA		401
12.1	Guarda dos filhos e convivência familiar	401
12.2	Guarda compartilhada ou conjunta.....	404
12.2.1	Guarda compartilhada com residência alternada ou dupla residência.....	407
12.2.2	Guarda compartilhada no Direito comparado.....	409
12.3	Guarda alternada	411
12.4	Guarda nidal	412
12.5	Guarda unilateral.....	413
12.6	Guarda deferida a terceiros.....	414
12.7	Regulamentação da convivência familiar.....	415

12.8	Convivência com os avós.....	416
12.9	Multa pelo descumprimento do dever de convivência.....	418
12.10	Resumo.....	420
CAPÍTULO 13 - ALIENAÇÃO PARENTAL.....		421
13.1	Conceito. Uma relação sujeito e objeto e o mito de Medeia	421
13.2	Abandono afetivo, o outro lado da moeda da alienação parental....	423
13.3	Consequências e estágios da alienação parental; uma síndrome?.....	425
13.4	Responsabilidade civil e atos de indignidade	427
13.5	Alienação parental de outros sujeitos vulneráveis	429
13.6	Resumo.....	430
CAPÍTULO 14 - DA ADOÇÃO		431
14.1	Breve histórico e conceito.....	431
14.2	Os vários tipos de adoção	434
14.2.1	Adoção à brasileira.....	434
14.2.2	Adoção consentida ou <i>intuitu personae</i>	434
14.2.3	Adoção de maiores.....	436
14.2.4	Adoção do nascituro	437
14.2.5	Adoção de embrião	438
14.2.6	Adoção homoparental.....	438
14.2.7	Adoção internacional	440
14.2.8	Adoção plena.....	441
14.2.9	Adoção por testamento	441
14.2.10	Adoção póstuma	441
14.2.11	Adoção tardia	442
14.2.12	Adoção unilateral.....	443
14.3	Procedimentos para adoção; habilitação.....	444
14.4	Destituição do poder familiar/ autoridade parental	445
14.5	Ação de adoção	446
14.6	Apadrinhamento.....	447
14.7	Desadoção.....	448
14.8	Resumo.....	451

CAPÍTULO 15 – TUTELA, CURATELA, TOMADA DE DECISÃO APOIADA.....	455
15.1 Da tutela.....	455
15.1.1 Introdução – panorama geral	455
15.1.2 Breve histórico – A tutela no Direito Romano	456
15.1.2.1 Tutela dos impúberes no Direito Romano.....	457
15.1.2.2 Tutela das mulheres impúberes e púberes.....	459
15.1.3 A tutela no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA...	460
15.1.4 A tutela no Código Civil; espécies.....	461
15.1.5 Nomeação do tutor; quem pode ser tutor?	461
15.1.6 Do exercício da tutela; direitos e obrigações do tutor.....	462
15.1.7 Cessação da tutela e prestação de contas.....	463
15.2 Curatela	463
15.2.1 Introdução – Panorama geral.....	463
15.2.2 A História da loucura em Foucault, Machado de Assis e Teixeira de Freitas; capacidade e deficiência.....	464
15.2.3 O caso do Juiz Schreber.....	466
15.2.4 As estruturas da personalidade. Quem é curatelável?	468
15.2.5 Depoimento de uma ex-curatelada	470
15.2.6 Conceito de curatela de acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência – EPD	471
15.2.7 Quem pode ser curatelado e quem pode requerer a curatela? Interdição?.....	473
15.2.8 Extinção da curatela.....	474
15.2.9 Curatela do nascituro.....	475
15.2.10 Curatela compartilhada	475
15.2.11 Curatela mandato.....	475
15.2.12 Autocuratela.....	476
15.2.13 Curatela extensiva.....	476
15.2.14 Curatela no Direito Alemão	477
15.2.14.1 Direito de orientação	478
15.2.14.2 Curatela complementar.....	481
15.2.15 O procedimento da curatela; curatela provisória	482
15.3 Tomada de Decisão Apoiada (TDA).....	483
15.4 Resumo	485

CAPITULO 16 - DIREITO DOS IDOSOS.....	487
16.1 Quem é idoso? Uma ferida narcísica?.....	487
16.2 O Estatuto do Idoso – Lei 10.741/2003.....	488
16.3 Alimentos.....	488
16.4 Abandono afetivo inverso.....	489
16.5 Restrições ao direito de casar.....	490
16.6 Idosos como avós: direito de convivência com seus netos; alienação parental.....	492
16.7 Tramitação prioritária.....	493
16.8 Resumo.....	495
 CAPITULO 17 - MEDIDAS PROTETIVAS E A LEI MARIA DA PENHA.....	 497
17.1 A Eclosão de conflitos familiares e o potencial de agressividade humana.....	497
17.2 Uma lei só para mulheres? Transgêneros.....	499
17.3 Violência patrimonial.....	501
17.4 (In)constitucionalidade da Lei Maria da Penha.....	502
17.5 Resumo.....	506
 CAPITULO 18 - FAMÍLIAS NO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO.....	 509
18.1 Famílias globalizadas.....	509
18.2 Efeitos e eficácia do divórcio de estrangeiro no Brasil.....	511
18.3 Homologação de sentença estrangeira.....	512
18.4 Problemas e questões do multiculturalismo: poligamia <i>versus</i> monogamia; registro de casamento e divórcio de casais homoafetivos.....	513
18.5 Sequestro internacional de crianças.....	516
18.6 Alimentos no plano internacional.....	517
18.7 As convenções internacionais de Direito de Família e crianças e adolescentes.....	519
18.8 Resumo.....	522
 BIBLIOGRAFIA.....	 525